

CENTRO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA DE SANTA MARIA DE BELÉM



REGULAMENTO INTERNO

Elaborado por	Data	Aprovado por
Equipa de Direção Técnica	Junho/2018	Direção Centro Paroquial

= REGULAMENTO INTERNO ABRIGO INFANTIL DE SANTA MARIA DE BELÉM =

CAPÍTULO I

NATUREZA E OBJETIVOS

Artigo 1º

Âmbito e Aplicação

1. O Centro Paroquial de Assistência de Santa Maria de Belém (adiante Centro Paroquial) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com o registo n.º 10/87 de 15/02/1987, com estatutos aprovados em Diário da República, III Série, n.º 107, Abril de 1963.
2. O Centro Paroquial depende diretamente da Igreja Católica, tem um órgão de Direção cujo Presidente é o Sr. Cónego José Manuel dos Santos Ferreira – Pároco da Igreja Paroquial de Santa Maria de Belém, Mosteiro dos Jerónimos.
3. O Centro Paroquial tem acordo de cooperação com o Centro Distrital da Segurança Social de Lisboa (CDSL), para as respostas sociais de Creche e Pré-Escolar.

Artigo 2º

Caracterização e Localização

1. O Centro Paroquial tem a sua sede na Rua dos Jerónimos n.º3 1400-210 Lisboa.
2. O Centro Paroquial tem as seguintes respostas sociais: Creche e Pré-Escolar, desenvolvidas no Abrigo Infantil de Santa Maria de Belém (adiante Abrigo Infantil); Atividades de Apoio e Animação à Família (AAAF) e Componente de Apoio à Família (CAF), desenvolvidas na Escola Básica EB1 Bairro do Restelo; Distribuição de géneros alimentares/ Banco Alimentar, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Centro de Convívio, desenvolvidos no Centro Paroquial e Cantina Social (Mesa de Nossa Senhora - distribuição de uma refeição diária aos sem-abrigo).
3. O Abrigo Infantil funciona no Largo dos Jerónimos n.º3 - 2º, 1400-209 Lisboa.
4. Os contactos telefónicos do Abrigo Infantil são:

Secretaria – 213 627 349 // 213 634 242

Telemóvel – 966 083 811 // 968 518 010

Corredor – 213 636 743

Sala 6 – 213 622 303

5. Os contactos de correio eletrónico do Abrigo Infantil são:

Geral – abrigo.stmariabelem@gmail.com

Secretaria – abrigo.secretaria@gmail.com

Direção – abrigo.direcao@gmail.com

Direção Pedagógica – abrigo.dir.pedagogica@gmail.com

Assistente Social – abrigo.asocial@gmail.com

Psicóloga Clínica – abrigo.psicologia@gmail.com

Artigo 3º

Legislação Aplicável

1. O Pré-Escolar rege-se pelos seguintes diplomas:
 - a) Decreto-Lei n.º172-A/2014, de 14 de novembro – Aprova o Estatuto das IPSS;
 - b) Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho. - Define os critérios, regras e formas em que assenta o modelo específico da cooperação estabelecida entre ISS, IP e as IPSS para o desenvolvimento de respostas sociais.
 - c) Protocolo de Cooperação em vigor;
 - d) Circulares de Orientação Técnica acordadas em sede de Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Protocolos e Acordos de Cooperação (CNAAPAC);
 - e) Contrato Coletivo de Trabalho para as IPSS.
2. O Pré-Escolar é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento das crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico proporcionando-lhes atividades educativas e atividades de apoio à família. Rege-se especificamente pelo estipulado no:
 - a) Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro – Lei-quadro da Educação Pré-escolar;
 - b) Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho – Estabelece o regime jurídico do desenvolvimento e expansão da educação pré-escolar e define o respetivo sistema de organização e financiamento;
 - c) Despacho Normativo n.º 75/92, de 20 de maio – Regula o regime jurídico de cooperação entre as IPSS e o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social;
 - d) Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de setembro;

- e) Decreto-Lei n.º 33/2014, de 4 de março – Define o regime jurídico de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas, estabelecendo o respetivo regime contraordenacional.

Artigo 4.º

Missão e Valores

1. O Centro Paroquial define-se como um serviço de apoio à família e à sociedade, uma Instituição aberta a todos os níveis sociais, uma comunidade em que todos participam.
2. O Abrigo Infantil tem por missão contribuir, em conjunto com a família, para o bem-estar e desenvolvimento bio-psico-afetivo e espiritual da criança, respeitando as suas características individuais. Pretendemos promover o desenvolvimento de crianças seguras, felizes e com alicerces estáveis, que lhes permitam ser no futuro adultos confiantes, competentes e com valores. Ainda tem como objetivo ser uma Instituição reconhecida pela qualidade e excelência educativa, sendo uma referência ao nível pedagógico, organizativo e sobretudo humano.
3. Estes são os valores que nos guiam na relação com as crianças, pais e colaboradores:
 - **Afetividade** sempre que lidamos com as crianças e com as suas famílias;
 - **Transparência** relativamente ao nosso funcionamento e a todos os assuntos que impliquem cada uma das crianças;
 - **Justiça** porque acreditamos que todas as crianças têm direito aos mesmos privilégios que conseguimos proporcionar-lhes;
 - **Respeito** por cada criança e sua família;
 - **Excelência** na constituição da nossa equipa e em todo o trabalho que desempenhamos;
 - **Solidariedade** para com todas as crianças e famílias;
 - **Integração** de todas as crianças e famílias independentemente do seu nível socioeconómico, necessidades educativas e religião, apesar de sermos assumidamente uma Instituição Religiosa Católica.
4. O Abrigo Infantil, nas suas atuações, tem como objetivos:
 - a) Proporcionar o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afetiva e física, durante o afastamento parcial do seu meio familiar, através de um atendimento individualizado;
 - b) Colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo das crianças;

- c) Colaborar de forma eficaz no despiste precoce de situações de risco e/ou inadaptação da criança, assegurando o seu encaminhamento adequado.

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO DA RESPOSTA SOCIAL

Artigo 5º

Âmbito

1. A resposta social de Pré-Escolar do Abrigo Infantil é um serviço vocacionado para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e de apoio à família.

Artigo 6º

Objetivos Específicos

1. Para alcançar os objetivos de desenvolvimento integral das crianças, o Abrigo Infantil atenderá de modo específico às áreas do desenvolvimento psico-motor, psicossocial, cognitivo, comunicacional e na construção dos códigos formais de aprendizagem.
2. A resposta social de Pré-Escolar tem como objetivos específicos:
- a) Promover relações de interação de acordo com as necessidades fundamentais das crianças (cuidados primários);
 - b) Promover o desenvolvimento de situações ricas em afeto, que ajudem a criança a desenvolver sentimentos de segurança, estabilidade e regularidade;
 - c) Ajudar as crianças a utilizar as suas crescentes capacidades psico-motoras, cognitivas e psicossociais, para descobrir, alcançar e explorar o mundo que as rodeia;
 - d) Promover, de forma lúdico-pedagógica, os primeiros contactos com os números e letras;
 - e) Promover situações de exercício de responsabilidade, assegurando uma aprendizagem progressiva;
 - f) Desenvolver formas de acolhimento dos pais/encarregados de educação das crianças que permitam a construção de sentimentos de confiança e compreensão mútua das lógicas educativas a ser utilizadas por pais/encarregados de educação e educadores.
4. Compete à Instituição, no quadro da sua autonomia de gestão, dos seus valores e de acordo com o seu projecto educativo e pedagógico, escolher, estabelecer, congregar, organizar e alterar livremente e

a todo o tempo os meios e os recursos educativos, pedagógicos, físicos e ambientais, internos e externos, necessários ou mais adequados à prossecução dos seus objectivos e das metodologias de trabalho.

CAPÍTULO III

PROCESSO DE CANDIDATURA, ADMISSÃO E RENOVAÇÃO DE INSCRIÇÃO

Artigo 7º

Condições Gerais

1. Na resposta social de Pré-Escolar admitem-se crianças dos três aos cinco anos de idade.

Artigo 8º

Candidatura

1. Para efeitos de candidatura, o representante legal da criança deverá preencher a Ficha de Candidatura disponível no nosso sítio (www.abrigoinfantilstmariabelem.com).
2. O período para a apresentação das candidaturas decorre durante todo o ano letivo, estando sujeita a uma lista de espera para a admissão.
3. As candidaturas serão priorizadas em função da aplicação dos critérios de ponderação.
4. A candidatura, caso não tenha vaga no ano letivo para o qual se candidata, terá que ser renovada todos os anos letivos.

Artigo 9º

Crítérios de Admissão

1. Serão apenas consideradas para admissão as crianças cujas famílias:
 - a) Concordem com os princípios, valores e as normas regulamentares da Instituição;
 - b) Não tenham dívidas à Instituição;
 - c) Mantenham o Boletim de vacinas atualizado de acordo com o Plano Nacional de Vacinação (PNV).

Artigo 10º

Critérios de Ponderação

As candidaturas serão priorizadas segundo os seguintes critérios:

- i. Frequência simultânea de irmãos no Abrigo Infantil;
 - ii. Ser descendente de um colaborador do Abrigo Infantil ou de um elemento dos Orgãos Sociais do Centro Paroquial de Assistência de Santa Maria de Belém;
 - iii. Idade da criança relativamente à sala em que existe a vaga;
 - iv. Situações de risco com medidas de promoção e proteção encaminhadas pelas entidades competentes;
 - v. Crianças cujos pais/encarregados de educação residam na freguesia de Belém;
 - vi. Crianças cujos pais/encarregados de educação trabalhem e/ou cujos avós residam na freguesia de Belém;
2. Outros critérios poderão ainda ser considerados em circunstâncias a aprovar pela Direção.
3. A data de realização da candidatura servirá como elemento de desempate em caso de igualdade de pontuações.

Artigo 11º

Admissão e Inscrição

1. A partir do mês de janeiro são selecionadas as crianças que, pela primeira vez, vêm frequentar a Instituição.
2. Os representantes legais das crianças selecionadas, serão contactados para o agendamento da formalização da inscrição.
3. No ato de inscrição os representantes legais das crianças entregam todos os documentos solicitados, preenchem uma Ficha de Inscrição e efetuam o pagamento da taxa de Inscrição que, em caso de desistência, não será devolvida.
4. Na segunda fase de inscrição será, obrigatoriamente, celebrado um contrato de prestação de serviços entre a Instituição e o Encarregado de Educação de cada criança, onde consta a mensalidade e os serviços a contratar.
5. Sempre que os pais/encarregados de educação queiram denunciar o contrato de frequência da criança na resposta social, deverão fazê-lo até ao 8.º (oitavo) dia do mês anterior ao mês em que a criança deixará de frequentar a Instituição.

6. Em caso de incumprimento do disposto no número anterior, e sem prejuízo da cessação efetiva do contrato, os pais/encarregados de educação constituem-se na obrigação de pagar à Instituição a mensalidade do mês seguinte, que se vence no 8.º (oitavo) dia desse mês, de acordo e com os efeitos constantes do disposto no artigo 16.º, ainda que a criança já não frequente a Instituição.
7. A denúncia dos contratos de prestações de serviços pelos pais/encarregados de educação a partir do mês de Abril, inclusivé, não obsta à cessação do contrato mas obriga os pais/encarregados de educação ao pagamento das mensalidades até ao fim do ano letivo, que se vence no 8.º (oitavo) dia do mês seguinte à comunicação, de acordo e com os efeitos constantes do disposto no artigo 16.º, ainda que a criança já não frequente a Instituição.
8. É reservado à Equipa de Direção Técnica o direito de analisar e aprovar eventuais exceções ao número anterior, sob requerimento fundamentado dos pais/encarregados.

Artigo 12º

Documentos necessários para a Inscrição

1. Para a inscrição, os Pais/Encarregados de Educação devem preencher a Ficha de Inscrição e fazer-se acompanhar dos documentos a seguir indicados, tendo em vista a organização do processo individual de cada criança:
 - a) Cartão de Cidadão da criança ou alíneas b), c), d) e e);
 - b) Boletim de Nascimento/ Bilhete de Identidade / Passaporte da criança;
 - c) Cartão de Contribuinte (NIF) da criança;
 - d) Número de Identificação da Segurança Social (NISS) da criança;
 - e) Cartão de Saúde da criança;
 - f) Boletim de vacinas da criança;
 - g) Declaração médica em caso de patologia que determine a necessidade de cuidados especiais;
 - h) Comprovativo do Agregado Familiar e morada Fiscal, entregue à AT;
 - i) Fotocópia da declaração de IRS, com respetivos anexos, referente ao ano civil anterior. No caso de não ter apresentado declaração de IRS, deverá apresentar uma Declaração das Finanças comprovativa dessa situação;
 - j) Fotocópia da Nota de liquidação do IRS;
 - k) Fotocópia dos três últimos recibos de vencimentos de cada elemento do agregado familiar;
 - l) Em caso de situação de desemprego, entregar uma declaração da Segurança Social e do Centro de Emprego comprovativa dessa situação;

- m) Fotocópia do recibo da renda de casa ou documento comprovativo da prestação mensal para aquisição de habitação própria;
- n) Número dos Bilhetes de Identidade / Cartão de Cidadão das pessoas que têm autorização para vir buscar a criança;
- o) Fotocópia de despesas com a aquisição de medicamentos de uso continuado, em caso de doença crónica;
- p) Em situações específicas será solicitada uma certidão da sentença judicial que regule as responsabilidades parentais.

Artigo 13º

Lista de Espera

1. Caso não seja possível proceder à admissão por inexistência de vaga, os pais/encarregados de educação da criança serão informados através de correio eletrónico.

Artigo 14º

Processo de Renovação de Inscrição

1. Em janeiro, os pais/encarregados de educação das crianças que já frequentam o Abrigo Infantil devem formalizar a renovação de inscrição do seu filho, para o ano letivo seguinte, mediante o pagamento do valor da taxa de renovação que não será devolvida em caso de desistência.
2. A Instituição reserva-se o direito de não renovar a inscrição a crianças cujos pais/encarregados de educação não tenham cumprido o regulamento ou o contrato de prestação de serviços, e/ou tenham violado os seus deveres para com a Instituição, designadamente não tenham procedido ao pagamento atempado das mensalidades ou penalidades conexas, ou não tenham procedido com o dever de urbanidade e de respeito exigíveis para com a Instituição e os seus colaboradores.
3. Anualmente é assinado um contrato entre a Instituição e o encarregado de educação de cada criança, com a atualização da mensalidade e dos serviços contratados.

CAPÍTULO IV

MENSALIDADES

Artigo 15º

Cálculo da Comparticipação Familiar

1. A tabela de comparticipações familiares é calculada de acordo com a legislação/normativos em vigor e encontra-se afixada no placard informativo da Instituição.
2. De acordo com o disposto na Portaria 196-A/2015 de 1 de julho e na Orientação Técnica/Circular nº4 de 16.12.2014, o cálculo do rendimento *per capita* do agregado familiar é realizado de acordo com a seguinte fórmula:

$$RC = ((RAF/12) - D) / N$$

Legenda:

RC – Rendimento *per capita* mensal

RAF – Rendimento do agregado familiar (anual ou anualizado)

D – Despesas mensais fixas

N – Número de elementos do agregado familiar

3. No que respeita às despesas mensais fixas, consideram-se para o efeito:
 - i. O valor das taxas e impostos necessários à formação do rendimento líquido;
 - ii. Renda de casa ou prestação devida pela aquisição de habitação própria e permanente;
 - iii. Despesas com transportes, até ao valor máximo da tarifa de transportes da zona de residência;
 - iv. Despesas com saúde e a aquisição de medicamentos de uso continuado em caso de doença crónica;
 - v. Os valores de renda de casa ou de prestação mensal ao banco para a aquisição de habitação própria, bem como os encargos com transportes públicos e aquisição de medicamentos só serão aceites até o valor máximo do Salário Mínimo Nacional em vigor.
4. A comparticipação é determinada pela aplicação de uma percentagem sobre o rendimento *per capita* do agregado familiar, conforme a tabela seguinte:

$$\text{Mensalidade} = ((RC \times \% \text{ correspondente ao escalão}) \times 12) / 11$$

	Escalão	Percentagem sob <i>per capita</i>
1	<30%	20%
2	[30% a 50%[27%
3	[50% a 70%[32%
4	[70% a 100%[34%
5	[100% a 150%[37%
6	>150%	41,5%

5. A mensalidade máxima da resposta social de Pré-Escolar são 300€.
6. Cada ano letivo corresponde a 12 meses pagos, sendo a mensalidade do mês de agosto dividida por 11 meses.
7. Acresce à mensalidade 8€ para o pagamento de despesas com material pedagógico.
8. Uma vez solicitados os rendimentos mensais atualizados aos Pais/encarregados de educação para a determinação da mensalidade, e caso não sejam entregues no prazo previsto, a mensalidade a atribuir terá o valor máximo, podendo a mesma vir a ser revista com a entrega dos documentos e do pedido de retificação.
9. Caso os pais/encarregados de educação optem por não entregar o comprovativo dos seus rendimentos, a mensalidade a atribuir será sempre a mensalidade máxima.
10. Sempre que haja fundadas dúvidas acerca das declarações de rendimentos poderão ser feitas diligências complementares que se considerem mais adequadas ao apuramento de situações, podendo a Instituição determinar a comparticipação de acordo com os rendimentos presumidos.
11. Não serão aceites revisões de mensalidades durante o ano letivo, salvo se a situação socioeconómica do agregado familiar se alterar significativamente e assim a Direção o determinar.
12. A mensalidade poderá ser atualizada no início de cada ano civil, de acordo com a percentagem da inflação em vigor.

Artigo 16º

Pagamento das Mensalidades

1. O pagamento da mensalidade deverá ser efetuado do dia 1 ao dia 8 de cada mês, caso contrário serão aplicadas as seguintes taxas:
 - a. 5% sobre a mensalidade até ao final do primeiro mês em dívida;
 - b. 25% por cada mês ou fração dos meses seguintes até à regularização do total da dívida.
2. As mensalidades deverão ser pagas diretamente na secretaria do Abrigo Infantil das 8h00 às 10h00, (em dinheiro ou cheque), ou por transferência bancária (IBAN PT50 0010 0000 6287 5450 0016 5 - BPI).
3. Quando o pagamento é realizado por transferência bancária é obrigatória a entrega ou o envio do comprovativo de pagamento para o endereço eletrónico da secretaria (abrigo.secretaria@gmail.com).
4. A falta de pagamento integral e atempado de qualquer mensalidade poderá levar a Direção a determinar a suspensão imediata da frequência da criança na Instituição até à regularização integral do pagamento da mesma e das penalidades previstas, e a perda definitiva de vaga, se, interpelados para o efeito, os pais/encarregados de educação não regularizarem a situação no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis.
5. Verificando-se a perda de vaga por incumprimento do dever de regularização das mensalidades e penalidades prevista na parte final do número anterior a partir do mês de Abril, inclusivé, os pais/encarregados de educação ficam obrigados ao disposto no n.º 7 do artigo 12.º.

Artigo 17º

Reduções possíveis na Mensalidade

1. Quando a criança tiver um ou mais irmãos a frequentar a Instituição, o mais velho terá direito a uma redução de 20% na mensalidade, salvo quando são mensalidades mínimas, situação em que esta redução não se aplica.
2. A toda a criança que falte 2 semanas, desde que a ausência seja devidamente justificada por atestado médico, ou por outro motivo considerado atendível pela Direção, será feita uma redução de 10% sobre o valor da mensalidade.
3. A toda a criança que falte mais de 2 semanas, desde que a ausência seja devidamente justificada por atestado médico, ou por outro motivo considerado atendível pela Direção, será feita uma redução de 20% sobre o valor da mensalidade.

Artigo 18º

Oferta Educativa e Atividades Socioeducativas

1. Na mensalidade a pagar por cada criança estarão incluídos os seguintes serviços:
 - i. Alimentação (reforço a meio da manhã, almoço, lanche e reforço da tarde);
 - ii. Seguro de acidentes pessoais;
 - iii. Material didático (brinquedos, jogos, puzzles, etc.);
 - iv. Cerâmica;
 - v. Inglês.
2. As Atividades Sócio Educativas (ASE) existentes para a resposta social de Pré-Escolar são:
 - a. Música
 - b. Ginástica
 - c. Cerâmica - gratuito
 - d. Ballet
 - e. Inglês – gratuito
 - f. Iniciação à Catequese - gratuito
3. A frequência de qualquer ASE é facultativa.
4. As ASE funcionam dentro do espaço escolar com horários a determinar no início do ano letivo.
5. As ASE têm início em outubro e terminam em junho.
6. Sempre que possível, as faltas serão repostas pelos professores.
7. A partir do momento que aderir a sua frequência é obrigatória. A inscrição é válida até ao fim do ano letivo, pelo que não serão admitidas desistências e não haverá descontos por faltas das crianças, mesmo em caso de doença.
8. Salvaguarda-se o direito de alterar os valores mensais das ASE caso haja alteração por parte das entidades prestadoras do serviço.

Artigo 19º

Prolongamento

1. O prolongamento é o período de tempo entre as 18h30 e as 19h, implica uma inscrição e tem pagamento mensal ou diário associado.

2. Para os irmãos que frequentem o prolongamento haverá lugar a desconto de 20%.
3. Os pais/encarregados de educação das crianças que permaneçam na Instituição após as 19h00, serão penalizados, por cada fração de 15m de atraso, devendo o pai/encarregado de educação justificar essa demora e assinar o impresso para este efeito.

CAPÍTULO V

ATIVIDADES, PASSEIOS E DESLOCAÇÕES

Artigo 20º

Praia

1. Se a Direção assim o determinar, as crianças de Pré-Escolar farão um período de praia, durante o mês de Julho, sendo a presença de cada criança facultativa.
2. O valor a pagar para a frequência desta atividade, será indicado durante o mês de janeiro e deverá ser pago até ao fim do mês de maio.
3. Depois de realizado o pagamento, o mesmo não será devolvido.

Artigo 21º

Seguro de acidentes pessoais

1. A Instituição contrata anualmente um seguro de acidentes pessoais que abrange todas as crianças que frequentam a resposta social.
2. O pagamento do seguro é efetuado pela Instituição.
3. O referido seguro não abrange objetos pessoais que as crianças possam utilizar ou trazer, como por exemplo: óculos, aparelhos, objetos de ouro.

Artigo 22º

Alimentação

1. As refeições são confeccionadas na Instituição, devendo os pais na altura da inscrição indicar se a criança tem restrições alimentares.

2. A Instituição fornece o reforço da manhã, o almoço, o lanche e o reforço da tarde às crianças, de acordo com a idade das mesmas, de forma a proporcionar-lhes um crescimento equilibrado e sadio.
3. Não é permitido que tragam de casa produtos alimentares para partilhar com as outras crianças.
4. A necessidade de uma dieta prolongada implica a apresentação de documento médico com as necessárias orientações.
5. A ementa semanal será afixada e enviada por correio eletrónico, para que os pais tenham conhecimento.
6. O horário do almoço para as crianças de Pré-Escolar o almoço é das 12h às 13h e o lanche das 15h às 16h.
7. Para as necessidades alimentares específicas (nomeadamente intolerâncias) é da responsabilidade dos pais/encarregados de educação trazer os alimentos de substituição.
8. No Abrigo Infantil a celebração dos aniversários das crianças são permitidos, autorizados e incentivados. Podem os pais, para o efeito, trazer apenas um bolo nesse dia para celebrar com as restantes crianças. Caso pretendam distribuir sacos com lembranças nas festas estes não podem conter produtos alimentares.

Artigo 23º

Material Necessário

1. No início do ano letivo a educadora apresentará a lista de material (específico de cada sala) necessário para o início da frequência, fazendo parte:
 - i. Fraldas
 - ii. Toalhitas
 - iii. Babetes
 - iv. Muda de roupa completa
 - v. Lençóis / saco-cama
 - vi. Copo, biberão ou garrafa de água
 - vii. Bibe plástico
 - viii. Chapéu
 - ix. Fato impermeável
 - x. Galochas

Artigo 24º

Atividades

1. O Plano Anual de Atividades é entregue aos Pais/encarregados de educação, no início do ano letivo.
2. Os Projetos Pedagógicos/ Curriculares de Sala estão disponíveis para consulta dos Pais/Encarregados de Educação, nas respetivas salas.
3. A configuração do espaço exterior fundamenta-se na autonomia da Instituição e constitui parte integrante da execução do projecto educativo da Instituição e dos interesses comuns e gerais da comunidade escolar do Abrigo, encontrando-se devida e especialmente fundamentado num projecto pedagógico e nas melhores práticas educativas adequadas ao desenvolvimento biológico, psicológico e integral, das crianças. Sempre que a equipa de sala o entender, e o mais frequentemente possível, todas as crianças irão ao recreio, sem restrições.

Artigo 25º

Passeios e Deslocações

1. Qualquer passeio ou deslocação de crianças terá que ter a autorização expressa dos pais/encarregado de educação.
2. Para deslocações num raio de até 3km, a autorização será expressa aquando do processo de inscrição/renovação, em impresso próprio para o efeito.
3. Sempre que existir pagamento associado à deslocação ou à atividade, o mesmo deve ser efetuado previamente.
4. As deslocações e passeios têm um seguro próprio, assegurado pela Instituição.

CAPÍTULO VI

REUNIÕES E AUSÊNCIAS

Artigo 26º

Reuniões e Atendimento aos Pais/Encarregados de Educação

1. No início de cada ano letivo haverá uma reunião com os pais/encarregados de educação para apresentar as equipas pedagógicas de cada sala bem como dar a conhecer/relembrar as normas de funcionamento da instituição e outros assuntos considerados pertinentes.
2. Outras reuniões terão lugar ao longo do ano, nomeadamente reuniões de sala e reuniões de educadora com os pais/encarregados de educação sempre que considerado pertinente.
3. As Educadoras estão disponíveis para o atendimento direto aos pais/encarregados de educação em determinados dias e horas, de acordo com o calendário a afixar no início do ano letivo ou em qualquer outra ocasião que assim o justifique.
4. A Equipa de Direção Técnica e a Psicóloga Clínica estarão sempre disponíveis para o atendimento aos pais/encarregados de Educação, de acordo com uma marcação prévia para o efeito.

Artigo 27º

Ausências Justificadas

1. Todas as faltas das crianças devem ser justificadas pelos pais/encarregados de educação, junto da Educadora responsável pela sala.
2. Quando houver faltas devidamente justificadas, por motivo doença infecto-contagiosa, as crianças só poderão voltar a frequentar a Instituição após observação médica, comprovada pela apresentação do respetivo atestado.

Artigo 28º

Ausências Injustificadas

1. Se a criança faltar consecutivamente mais de um mês sem uma justificação válida, e sem pagamento do valor da mensalidade, considerar-se-á não ter necessidade de frequentar a Instituição, sendo o seu lugar preenchido por outra criança em lista de espera.

CAPÍTULO VII

SERVIÇOS, HORÁRIOS E FUNCIONAMENTO

Artigo 29º

Horário

1. O Abrigo Infantil funciona de segunda a sexta-feira, com abertura às 07h45 e encerramento às 18h30, com prolongamento até às 19h00, cujo pagamento não está incluído na mensalidade.

Artigo 30º

Entrada e Saída das Crianças

1. A entrada das crianças de Pré-Escolar até às 9h30. A saída deverá acontecer até às 18h30 (caso não frequente o prolongamento). Lembramos os pais/encarregados de educação que o cumprimento deste horário é imprescindível para o bom funcionamento das atividades de sala.
2. Sem prejuízo do controlo obrigatório da presença em sala, a entrada e saída individual de cada criança da Instituição é obrigatoriamente registada mediante rubrica identificável do pai/mãe/encarregados de educação que vem deixar ou buscar a criança e as horas a que o faz, respetivamente.
3. No caso de serem outras pessoas a recolher as crianças que não os pais/encarregados de educação, os seus nomes terão de constar, obrigatoriamente, na Ficha de autorizações, bem como o número do Cartão de Cidadão/ Bilhete de Identidade respetivo.
4. Em situações pontuais, quando os pais/encarregados de educação solicitem a entrega da criança a quem não consta na Ficha de Inscrição, devem informar a Instituição relativamente ao nome completo, número do BI ou CC e grau de parentesco ou afinidade com a criança, e essa pessoa deverá mostrar o seu documento de identificação quando solicitado pela pessoa em sala.
5. Não será permitido o envio de crianças sozinhas para casa ou acompanhadas de pessoas não autorizadas e identificadas nos termos dos números anteriores.
6. No caso de separação e/ ou divórcio dos pais/encarregados de educação será seguida a decisão judicial relativamente ao exercício das responsabilidades parentais da criança. É fundamental a entrega de cópia da mesma na Instituição.
7. O Abrigo Infantil não é local de visita de pais/encarregados de educação ou familiares. Assim, é proibida a sua entrada para visita nas salas durante o horário de funcionamento.

Artigo 31º

Início e Interrupção das Atividades

1. O início do ano letivo será no 3º dia útil de setembro.
2. A Instituição encerra nos dois primeiros dias úteis de Setembro e nos últimos dois dias úteis de julho e durante o mês de agosto.

3. A Instituição encerra, para além dos feriados nacionais e municipais, nas seguintes datas:
 - a. Véspera e dia seguinte ao Natal;
 - b. Véspera e dia seguinte ao ano novo;
 - c. Terça-feira de Carnaval;
 - d. Quinta-feira Santa.
4. Quando alguma determinação oficial ou da Instituição a isso obrigue, mas sempre com aviso prévio por parte da Instituição.

Artigo 32º

Processo Individual da Criança

1. Qualquer alteração à documentação entregue no momento de inscrição (ex. ficha de inscrição – mudança de um contacto telefónico, boletim de vacinas, etc.) deverá ser realizada na secretaria.
2. Qualquer alteração aos rendimentos do agregado familiar, deverão ser comunicados à Assistente Social.
3. Apesar da partilha de informação ser necessária para a discussão de casos e para a intervenção nos mesmos, toda a equipa está sujeita ao Código Ético e Deontológico que implica o Sigilo Profissional.
4. Após o pedido à Direção, os pais/encarregados de educação poderão ter acesso ao processo individual da criança.

CAPÍTULO VIII

SAÚDE

Artigo 33º

Cuidados de Saúde

1. Não será permitida a entrada de crianças na Instituição com uma doença considerada transmissível, ou seja, contagiosa. Incluem-se neste grupo:
 - i. Todas as doenças que se acompanham de febre (38º axilar) ou em que se verifique febre se não medicadas com antipiréticos;
 - ii. Doenças do aparelho respiratório como gripe, amigdalite, otite contagiosa, etc.;
 - iii. Doenças do aparelho digestivo, como a diarreia aguda;
 - iv. Outras doenças infecto-contagiosas como sarampo, rubéola, varicela, papeira, hepatite, conjuntivite, escarlatina, etc.;
 - v. Que apresentem existência de parasitas (ex. piolhos, lêndeas, etc.);
 - vi. Que não façam apresentação de uma declaração médica, depois de ausentes mais de 5 dias seguidos por motivos de doença infecto-contagiosa.
2. Sempre que se note na criança algum sinal de doença, os pais/encarregados de educação serão informados o mais brevemente possível, para que tomem as devidas providências, devendo comparecer sem demora na Instituição, a fim de lhe prestarem os cuidados necessários.
3. Os pais/encarregados de educação deverão informar a equipa de sala dos casos de indisposições que tenham notado na criança.
4. Se ao receber a criança a educadora ou auxiliar verificar sinais de doença não irá permitir que esta fique no estabelecimento.
5. No caso de acidente ou doença súbita que necessite de tratamento imediato, tomar-se-ão as seguintes medidas:
 - i. Far-se-á a comunicação imediata aos pais/encarregados de educação que devem comparecer, assim que possível, no local indicado;
 - ii. Recorrer-se-á a serviços hospitalares.
6. Quando a criança precisar de tomar algum medicamento, este deve ser acompanhado pela fotocópia da receita médica e devidamente identificado com o nome da criança, horário e dosagem, pois só assim poderá ser administrado. No caso de serem gotas, os pais/encarregados de educação deverão indicar a via de administração (nasal, oftálmica, auricular ou oral).
7. O Abrigo Infantil só poderá administrar antipirético em caso de doença súbita da criança na Instituição, com a autorização escrita dos pais/encarregado de educação (aquando a inscrição/renovação em impresso próprio), e depois de contactar telefonicamente os mesmos.
8. Se for administrada alguma vacina à criança, os pais/encarregados de educação deverão entregar na secretaria uma fotocópia do boletim de vacinas atualizado.

CAPÍTULO IX

INSTRUMENTOS ORIENTADORES DO PROCESSO EDUCATIVO

Artigo 34º

Instrumentos Orientadores do Processo Educativo

1. O Abrigo Infantil utiliza os seguintes instrumentos orientadores do processo educativo:
 - a. O **Projeto Educativo** do Abrigo Infantil Santa Maria de Belém, como um documento que consagra a sua orientação educativa, elaborado pela Equipa de Direção Técnica, em conjunto com o pessoal docente e não docente, pais/ encarregados de educação, familiares e comunidade, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o Abrigo Infantil Santa Maria de Belém se propõe cumprir a sua função educativa.
 - b. O **Regulamento Interno**, como o documento que define o seu regime geral de funcionamento.
 - c. O **Plano Anual de Atividades**, como o documento organizador das atividades comuns a cada resposta social ou a ambas, a desenvolver durante o ano letivo.
 - d. O **Projeto Pedagógico/Curricular** das salas tem como objetivo organizar e estruturar o trabalho pedagógico a realizar com determinado grupo de crianças durante um ano letivo.

CAPÍTULO X

RECURSOS HUMANOS E INSTALAÇÕES

Artigo 35º

Estruturas Funcionais

1. As atividades do Abrigo Infantil são asseguradas por uma equipa multidisciplinar constituída por:
 - i. Direção Técnica: Diretora Técnica, Diretora Pedagógica e Assistente Social;
 - ii. Psicóloga Clínica
 - iii. Educadoras de Infância
 - iv. Auxiliares de Educação
 - v. Ceramista
 - vi. Cozinheiro
 - vii. Auxiliar de Cozinha
 - viii. Auxiliar de Serviços Gerais
 - ix. Porteiro
 - x. Outros elementos que assegurem o seu bom funcionamento.

Artigo 36º

Instalações

2. O Abrigo Infantil dispõe de 5 salas de Creche e de 2 salas de Pré-Escolar, 1 cozinha, 1 refeitório, 2 casas de banho, 1 casa de banho para adultos, 1 secretaria, 1 espaço polivalente, 1 sala de isolamento, 1 sala de reuniões, 1 parque de recreio e 1 biblioteca.
3. Todos estes equipamentos acima referidos, estão apetrechados com mobiliário adequado e material didático de acordo a idade das crianças.

CAPÍTULO XI

DIREITOS E DEVERES

Artigo 37º

Direitos dos Pais/Encarregados de Educação

1. Os pais/encarregados de educação têm o direito de exigir o cumprimento do Regulamento por parte da Instituição.
2. Os pais/encarregados de educação têm direito à prestação dos serviços e cuidados necessários à garantia do bem-estar físico e psicológico e da qualidade de vida da criança.
3. Os pais/encarregados de educação têm o direito a ver respeitada a sua intimidade, privacidade e confidencialidade das informações que prestam.

4. Os pais/encarregados de educação têm o direito a reclamar, verbalmente ou por escrito, quanto aos serviços prestados (a Instituição possui livro de reclamações).
5. Os pais/encarregados de educação têm direito a ser incluídos e informados acerca de todos os acontecimentos e aquisições relevantes dos seus filhos, durante a permanência no Abrigo Infantil.

Artigo 38º

Deveres dos Pais/Encarregados de Educação

1. Os pais/encarregados de educação têm o dever de respeitar e cumprir o Regulamento.
2. Os pais/encarregados de educação têm o dever de procurar manter-se informados sobre a evolução da criança, assim como de participar em todas as reuniões de pais/encarregados de educação para as quais sejam convocados.
3. Os pais/encarregados de educação devem garantir a assiduidade e pontualidade do seu filho(a)/educando(a);
4. Os pais/encarregados de educação têm o dever de serem educados, corretos e tratar com urbanidade todos os funcionários, colaboradores e utentes do Abrigo Infantil de Santa Maria de Belém.
5. Caso os pais/encarregados de educação se comportem de forma incorreta com qualquer funcionário ou colaborador do Abrigo Infantil de Santa Maria de Belém ou que de alguma forma quebrem a relação de confiança que é condição essencial para a permanência das crianças no Abrigo Infantil, com a Instituição, as crianças de que são responsáveis serão impedidas de frequentar por perda de vaga, nos termos do presente regulamento.

Artigo 39º

Direitos das Crianças

1. São direitos gerais das crianças:
 - a. Usufruir de uma educação de qualidade de acordo com o previsto na lei, em condições de efetiva igualdade de oportunidades, de forma a propiciar a realização de aprendizagens bem-sucedidas;
 - b. Usufruir de um ambiente e Projeto Educativo que proporcionem as condições ao seu pleno desenvolvimento físico, cognitivo, moral, cultural e cívico, para a formação da sua personalidade;

- c. Ser respeitada e tratada com correção por qualquer membro da Instituição;
- d. Ver salvaguardada a sua segurança durante a sua permanência no Abrigo Infantil e respeitada a sua integridade física e moral;
- e. Ser pronta e adequadamente assistida em caso de acidente ou de doença súbita ocorrida no âmbito das atividades escolares;
- f. Ver respeitada a confidencialidade dos elementos constantes do seu processo individual de natureza pessoal ou relativos à sua Família;
- g. Ter um seguro de acidentes pessoais.

Artigo 40º

Direitos dos Trabalhadores

1. São direitos gerais dos trabalhadores:
 - a. O direito de participarem no processo educativo das crianças;
 - b. O direito a serem respeitados, como pessoas e como profissionais, na sua interação com a estrutura organizativa, com os colegas, com as crianças e com os pais/encarregados de educação;
 - c. O direito à remuneração, correspondente à sua qualificação profissional e o direito a ser observado o Contrato Coletivo de Trabalho vigente;
 - d. O direito à formação e à informação para o exercício da função educativa;
 - e. O direito a usufruírem de apoio técnico, material e documental para o exercício das suas funções;
 - f. O direito a serem tratados com educação e urbanidade. A inobservância deste direito terá consequências institucionais e/ou legais;
 - g. Às suas garantias nos termos da legislação laboral em vigor

Artigo 41º

Deveres dos Trabalhadores

1. São deveres gerais dos trabalhadores:
 - a. O dever de proteger, promover e tratar as crianças com dignidade e respeito, salvaguardando a sua integridade física e emocional;

- b. O dever de isenção, que consiste em não retirarem vantagens diretas ou indiretas, pecuniárias ou outras, das funções que exercem, atuando com independência em relação a interesses e a pressões particulares de qualquer natureza, na perspectiva do respeito pela igualdade dos cidadãos;
- c. O dever de zelo, que consiste em conhecerem as normas legais regulamentares e as vigentes na Instituição e as instruções dos seus superiores hierárquicos.
- d. Dever de aperfeiçoarem os seus conhecimentos técnicos e os seus métodos de trabalho de modo a exercerem as suas funções com eficiência e com correção, mediante a participação em formação interna ou externa;
- e. O dever de obediência, que consiste em acatarem e cumprirem as ordens formuladas pelos seus legítimos superiores hierárquicos;
- f. O dever de sigilo, que consiste em guardarem segredo profissional relativamente aos factos de que venham a ter conhecimento em virtude do exercício das suas funções e que não se destinem a ser domínio interno da Instituição, não podendo, contudo, invocar este dever perante a Direção, para lhos ocultar;
- g. O dever de assiduidade, que consiste em comparecerem regular e continuamente ao serviço, devendo, sempre que tenham necessidade de faltar, informar a sua chefia direta com a devida antecedência e entregarem a justificação da falta na primeira oportunidade, de acordo com as normas vigentes na Instituição;
- h. O dever de pontualidade, que consiste no cumprimento rigoroso do horário que lhes for atribuído, bem como o de outras atividades para as quais tenham sido designados;
- i. O cumprimento dos deveres inerentes aos respetivos cargos nos termos da legislação laboral em vigor.

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 42º

Livro de Reclamações

1. Nos termos da legislação em vigo, o Abrigo Infantil possui Livro de Reclamações, o qual poderá ser solicitado junto da Secretaria, sempre que desejado.

Artigo 43º

Proteção de Dados Pessoais

1. Mediante autorização expressa dos pais/encarregados de educação nesse sentido constante do Contrato e da declaração de aceitação do presente regulamento, o Abrigo Infantil poderá proceder ao tratamento informático de todos os dados pessoais recolhidos, os quais se destinam à elaboração e gestão do processo individual (administrativo e pedagógico) de cada criança, de acordo com o disposto na legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais.
2. Os dados pessoais das crianças e das suas famílias serão tratados de forma confidencial e serão processados e armazenados para serem utilizados pelo Abrigo Infantil exclusivamente no âmbito da execução do contrato e em conformidade com o disposto na legislação aplicável.
3. Os pais/encarregados de educação autorizam o Abrigo Infantil a ceder os dados pessoais a terceiros, o que será efetuado de acordo com as exigências legais e cumprindo as medidas de segurança que salvaguardem a confidencialidade dos mesmos.
4. O tratamento dos dados pessoais recolhidos referentes aos pais/encarregados de educação e crianças é realizado:
 - a. No processo individual de cada criança, em que os dados recolhidos são arquivados em pasta própria guardada em lugar seguro e de acesso limitado à educadora, Direção e aos próprios encarregados de educação;
 - b. No programa de facturação e serviços com ele conexos para cumprimento das obrigações legais.
5. À criança e às suas famílias é garantido o direito de acesso, retificação, atualização ou eliminação dos seus dados pessoais, sempre que tal seja solicitado, por escrito, à Direção do Abrigo Infantil.

Artigo 44º

Aspetos de Ordem geral

1. O Abrigo Infantil não se responsabiliza pela perda ou danos de objetos pessoais tais como pulseiras, fios, brinquedos, etc.
2. O desrespeito pelas normas deste regulamento poderá levar à rescisão de contrato.

3. É imprescindível, para a frequência das crianças, a concordância dos pais/encarregados de educação face ao presente regulamento, bem como a concordância com o Projecto educativo e Modelo Pedagógico em vigor.
4. A Instituição fica na incumbência de alertar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, sempre que seja detetada uma situação de negligência ou maus tratos às crianças.

Artigo 45º

Entrada em Vigor e Vigência

1. O presente Regulamento entra em vigor em setembro de 2018.
2. As condições estabelecidas no presente Regulamento entram em vigor à data de admissão da criança.

